

Econ. Brasil Promessa e risco

No fim de 1998, as projeções da maioria dos economistas eram amargas para o Brasil. Os mais otimistas não acreditavam sequer na possibilidade de um PIB positivo. Projeções indicavam encolhimento de 2% no Produto Interno Bruto — e o Banco Central nem havia ainda mudado o regime cambial. Depois da flutuação do câmbio, em janeiro, as previsões de queda do PIB chegaram a 4% e as estimativas sobre a inflação tornaram-se tenebrosas.

No entanto, devagar, mas com razoável firmeza, a economia se recuperou: caso se confirmem as mais recentes estimativas, o PIB terá crescido por volta de 1% em 1999, o que mantém inalterada a renda média da população, que diminuiu em 1998.

A flutuação do câmbio, entre outros fatores, provocou acentuada mudança de preços relativos, mas isso não impediu que as metas de inflação fixadas pelo Banco Central fossem atingidas. O quadro agora traçado pelos economistas para 2000 difere muito das projeções de 12 meses

atrás. Há consenso de que o PIB crescerá, com razoável recuperação da produção industrial.

As contas externas continuarão melhorando gradualmente, reduzindo as necessidades de financiamento externo. O cenário otimista inclui a diluição da pressão inflacionária ao longo do ano, criando condições para queda nas taxas de juros e conseqüente expansão do PIB em até cerca de 4%, com aumento do número de empregos e do salário médio.

Esse aluvião de dados favoráveis não se produzirá sem a manutenção severa do ajuste fiscal. Num ano como 1999, quando to-

das as variáveis se mostravam adversas, o setor público conseguiu a proeza de acumular superávit primário de 3,1% do PIB. Sem essa poupança, os juros continuariam nas alturas.

Em suma, o esforço mais duro já foi feito. Para alcançar as metas de 2000, não será preciso sacrifício maior, e sim continuar a segurar as rédeas exatamente onde estão. É fundamental, ainda, que se mantenha o nível de compreensão da fatia maior da opinião pública — que não gosta do remédio, mas se lembra da doença. Essa atitude tem contribuído para a aprovação pelo Congresso de parte considerável dos instrumentos necessários para o equilíbrio das finanças públicas. A tarefa não está concluída — por exemplo, falta disciplinar as finanças de estados e municípios — mas já se chegou à metade do caminho.

No momento em que retomar a trajetória de crescimento, será preciso cuidado com os obstáculos capazes de interrompê-la, e uma das formas de contorná-los é o incentivo a investimentos do setor privado.

Prosseguir na privati-

zação é, portanto, essencial. O programa de desestatização precisará ser levado adiante em áreas como geração e distribuição de energia elétrica, transportes, saneamento básico e bancos estaduais.

Ao se aproximar o fim do ano, talvez o dado mais animador seja a menor vulnerabilidade do país a crises internacionais e a maior dependência de fatores domésticos para voltar a crescer. A grande razão de preocupação é a de sempre; o fato de que o otimismo, principalmente no Governo, pode ser pai do assustador excesso de otimismo, de terríveis conseqüências.

O otimismo...
pode ser pai
do assustador
excesso de
otimismo
